

ATA DA REUNIÃO Nº 13/2018 - Extraordinária

Ata da **(13ª)** décima terceira reunião do ano de dois mil e dezoito do Conselho de Centro da UDESC Laguna. Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, com início às catorze horas e nove minutos, na sala de reuniões do bloco II, localizada na Avenida Coronel Fernandes Martins, nº 270, bairro Progresso, Laguna, SC, reuniu-se extraordinariamente o Conselho de Centro. A reunião foi presidida pelo Professor Carlos André da Veiga Lima Rosa, Diretor Geral da UDESC Laguna, e secretariada por mim, Michel Martins. Estiveram presentes segundo a lista de presença os seguintes conselheiros: Pedro Volkmer de Castilho e Alberto Lohmann (Representantes dos diretores), Giovanni Lemos de Mello e Alice de Oliveira Viana (Representantes dos chefes de Departamento), Douglas Emerson Deicke Heidtmann Junior, Micheli Cristina Thomas, Adriana Fabre Dias, Jader Afonso Savi Mondo, e José dos Passos Fernandes (Representantes docentes), Ana Elise Cardoso Inácio (Representante técnica), Sofia do Carmo Dozól (Representante discente), e Manoel Olavo Rosa Remor e Souza (representante externo). Constatado que havia quórum suficiente, o senhor Presidente cumprimentou a todos presentes e deu início à reunião abrindo o item **01) Expedientes:** Não houve manifestações, passando-se então para o item **02) Ordem do dia: 2.1) Processo 14568/2018;** interessado: Universidade do Estado de Santa Catarina; assunto: Edital de eleição para o cargo de Diretor Geral do Centro de Educação Superior da Região Sul – CERES. Com a palavra, o relator conselheiro Pedro Volkmer de Castilho expôs com auxílio do *data show* a minuta do Edital, propondo algumas alterações na redação do edital conforme segue: **A)** proposta de exclusão do inciso IV, do artigo 2º, que diz "*declaração de que exercerá o cargo em regime de dedicação integral, se eleito*". Após discussão, a proposta de exclusão do inciso IV, do artigo 2º do Edital, não foi acolhida pelos conselheiros e será mantida no Edital. **B)** proposta de migrar o artigo 3º que fala sobre o sorteio das da ordem das chapas nas cédulas, para o Título VI, logo após o artigo 19. Proposta acolhida pelo conselho. **C)** Proposta de retirar o artigo 4º, que diz: "*Se houver segundo turno o candidato que receber maior votação no primeiro turno será o candidato número um na cédula de votação e o segundo mais votado o número dois*". O relator sugeriu retirar pois a ordem já será definida no primeiro sorteio. A proposta foi acolhida pelo conselho. **C)** Proposta de alteração do artigo 5º com definição de nova data de segundo turno ficando assim redigido: "*A votação pela comunidade universitária será realizada no dia **20 de março de 2019**, em primeiro turno e, se necessário, no dia **11 de abril de 2019**, em segundo turno*". Após discussão sobre a melhor data para o segundo turno, a proposta foi acolhida pelo conselho, ficando o dia 11 de abril de 2019 como data

para o segundo turno. **D)** O relator propôs a redução dos números dos membros da comissão eleitoral, passando dos sete para cinco membros como forma de equilibrar a participação dos técnicos e alunos. Porém, como as comissões devem respeitar o que estabelece a Lei de Diretrizes da Educação – LDB, a proposta foi rejeitada e manteve-se o número de sete membros na comissão eleitoral. **E)** Proposta de exclusão do Artigo 62, que diz: “*Caso a eleição venha a ser efetuada por meio de urnas eletrônicas serão feitas as adaptações necessárias ao processo*”. O relator justificou a retirada deste artigo pelo fato de que não existe tempo hábil para solicitação de urnas eletrônicas junto à justiça eleitoral. A proposta foi acolhida pelo conselho. **F)** Proposta de nova redação do Artigo 35 que também altera a data do segundo turno e o término do horário da votação, ficando assim redigido: “*A votação pela comunidade universitária será realizada no dia **20 de março de 2019**, em primeiro turno e, se necessário, no dia **11 de abril de 2019**, em segundo turno, no bloco II do CERES, das 09h às 16 ininterruptamente*”. A proposta foi acolhida pelo conselho. **G)** Proposta de alteração na redação do artigo 42, que fica assim redigido: “*A Comissão Escrutinadora, escrutinará primeiramente a urna dos discentes, em seguida a dos técnicos universitários e por fim os docentes*”. A proposta foi acolhida pelos conselheiros. **H)** O artigo 48 ficou redigido da seguinte forma: “*A Comissão Eleitoral, de posse das atas e relatórios referentes ao processo eleitoral, fará o seu relatório, encaminhando-o em **24 horas** ao Presidente do Conselho de Centro para as providências que se fizerem necessárias*”. A proposta foi acolhida pelo conselho. **I)** O artigo 51 ficou redigido da seguinte forma: “*Concluídos os trabalhos referentes ao processo eleitoral, a Comissão Eleitoral, à vista dos resultados, publicará o resultado das apurações e o nome do candidato eleito para Diretor Geral **no prazo de 01 (um) dia útil após o encerramento da eleição***”. A proposta foi acolhida pelo conselho. **J)** Proposta de inclusão do artigo 64 com a seguinte redação “*É vedada, após a homologação do candidato, a substituição do concorrente ao cargo de Diretor Geral do CERES, em quaisquer turnos de eleição, exceto em caso de morte*”. A proposta foi acolhida pelo conselho. Realizadas as alterações na minuta de Edital, o senhor Presidente solicitou que o relator lesse o seu parecer e em seguida colocou em votação o Edital para eleição de Diretor Geral do CERES, para o mandato de 2019 -2023, com as alterações acima citadas, sendo a minuta aprovada por unanimidade de votos. O Edital passou a ser assim redigido:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCECERES Nº 16/2018

ABRE INSCRIÇÕES, FIXA DATA, HORÁRIO E CRITÉRIOS PARA ELEIÇÃO AO CARGO DE

**DIRETOR GERAL DA UDESC LAGUNA, PARA A
GESTÃO 2019-2023.**

O Conselho de Centro da UDESC Laguna, no uso de suas atribuições Estatutárias e Regimentais previstas no Título III, Capítulos I, II e IV do Estatuto da UDESC, aprovado pelo Decreto Nº 4.184 de 06/04/2006, combinados com os Arts. 62 e 110 a 119 do Regimento Geral da UDESC torna público para conhecimento do Corpo Docente, Corpo Técnico Universitário e Corpo Discente a abertura das inscrições de candidaturas para o cargo de Diretor Geral da UDESC Laguna, para um mandato de 04 (quatro) anos, vedada a reeleição.

TÍTULO I

DAS NORMAS GERAIS

Art. 1. O(s) candidato(s) ao cargo de Diretor Geral da Udesc Laguna deverá(ão) solicitar o registro de sua candidatura à Comissão Eleitoral, mediante requerimento protocolado na Secretaria da Direção Geral do Centro, no **período compreendido entre 17 de janeiro de 2019 a 15 de fevereiro de 2019, no horário das 13h às 19h.**

Art. 2. No ato da inscrição, os candidatos deverão anexar:

I - Comprovante de nacionalidade brasileira;

II – Comprovante de que exerce, há mais de 05 (cinco) anos, o cargo de professor efetivo da Udesc;

III - Declaração de que aceitará a investidura no cargo, se eleito;

IV - Declaração de que exercerá o cargo em regime de dedicação integral, se eleito;

V - Documento que comprove o cumprimento do Art. 54 do Estatuto da UDESC, qual seja, comprovando a renúncia ou exoneração de cargo eletivo ou executivo de confiança.

Art. 3. A votação pela comunidade universitária será realizada no **dia 20 de março de 2019, em primeiro turno** e, se necessário, no **dia 11 de abril de 2019, em segundo turno.**

TÍTULO II

DOS VOTANTES

96 *Art. 4. Constituem o colégio eleitoral da eleição para Diretor Geral:*

97 *I - Os docentes lotados nos Departamentos do Centro, que estejam em exercício do cargo de*
98 *provimento efetivo.*

99 *II - Os servidores técnicos universitários lotados no Centro, que estejam em exercício do*
100 *cargo de provimento efetivo.*

101 *III - Os discentes regularmente matriculados nos cursos presenciais de graduação e de pós-*
102 *graduação stricto-sensu.*

103 *Art. 5. Considera-se efetivo exercício no cargo, além de outros estabelecidos em*
104 *lei, conforme disposto no Art. 25 da LC Nº 345, de 07 de abril de 2006:*

105 *I - Frequência a cursos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado, doutorado e*
106 *estágio pós-doutorado, no país ou no exterior.*

107 *II - Exercício de funções como visitante em outras instituições de ensino ou pesquisa,*
108 *nacionais ou estrangeiras, quando do interesse da UDESC.*

109 *III - Realização de estágios, pesquisas, participação em congressos e eventos semelhantes,*
110 *quando do interesse da UDESC.*

111 *IV - Exercício de cargo de provimento em comissão ou função de confiança nos governos*
112 *federal, estaduais e municipais.*

113 *V – Usufruto de licença-prêmio, licença-saúde e férias dos técnicos universitários e docentes.*

114 *Art. 6. A **relação dos servidores (técnicos universitários e docentes)***
115 ***votes** será elaborada pela Coordenação de Recursos Humanos do Centro, em ordem*
116 *alfabética, numerada e encaminhada à Comissão Eleitoral **até 15 de março de 2019** para*
117 *que esta, **até 18 de março de 2019**, faça a publicação.*

118 *Art. 7. A **relação dos discentes votes** será elaborada pela Direção de*
119 *Ensino de Graduação, em ordem alfabética e numerada e encaminhada à Comissão Eleitoral*
120 ***até 15 de março de 2019** para que esta, **até 18 de março de 2019**, faça a publicação.*

121 *Art. 08. A **relação dos discentes dos Programas stricto-sensu votes** será*
122 *elaborada pela Coordenação de cada Programa, em ordem alfabética e numerada e*

encaminhada à Comissão Eleitoral **até 15 de março de 2019**, para que esta, **até 18 de março de 2019**, faça a publicação.

Art. 09. Havendo segundo turno, o colégio eleitoral será o determinado para o primeiro turno, excluídos os que perderam sua condição de votantes.

TÍTULO III

DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 10. A Comissão Eleitoral será definida pelo Conselho de Centro, respeitando a LDB, Estatuto e o Regimento Geral da UDESC, e contará com 07 (sete) integrantes, dos quais 05 (cinco) são escolhidos dentre os docentes, 01 (um) dentre os representantes técnicos universitários e 01 (um) dentre os representantes discentes, dentre os quais o referido Conselho escolherá também o Presidente e o Secretário.

Art. 11. Compete a Comissão Eleitoral:

I - Operacionalizar o processo eleitoral para o qual foi designada.

II - Homologar as inscrições das candidaturas.

III - Publicar, até a data fixada para a homologação das inscrições, a relação dos integrantes do colégio eleitoral.

IV - Garantir o cumprimento irrestrito do presente Edital.

V - Organizar e designar mesas receptoras e escrutinadoras dos votos.

VI - Garantir a lisura e normalidade do processo eleitoral.

VII - Apresentar relatório detalhado e conclusivo ao Conselho de Centro da CERES, para homologação e proclamação do resultado final.

Art. 12. Compete a Comissão Eleitoral garantir o cumprimento dos dispositivos definidos pelo Estatuto e Regimento Geral da UDESC no que concernem as regras da campanha eleitoral dos candidatos.

Art. 13. As decisões da Comissão Eleitoral são tomadas por deliberação da maioria dos seus membros presentes à respectiva reunião.

TÍTULO IV

DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

Art. 14. A homologação das inscrições dos candidatos caberá à Comissão Eleitoral definida pelo Conselho de Centro, observadas as normas do Estatuto e Regimento Geral da UDESC, e os termos do presente Edital, devendo o resultado ser divulgado no site e em local de grande circulação e visibilidade **até às 19h do dia 22 de fevereiro de 2019.**

Art. 15. Da homologação das inscrições das candidaturas caberá pedido de reconsideração à Comissão Eleitoral **até às 19h do dia 26 de fevereiro de 2019.**

Art. 16. Os pedidos de reconsideração à Comissão Eleitoral deverão ser julgados e publicados **até o dia 01º de março de 2019.**

Art. 17. Da publicação dos resultados dos pedidos de reconsideração, caberá recurso ao Conselho de Centro **até o dia 07 de março de 2019**, o qual deverá decidir **até o dia 12 de março de 2019** e, nesta data publicar o resultado do(s) recurso(s).

Art. 18. No dia **13 de março de 2019, às 15h**, a Comissão Eleitoral procederá, em sessão pública, no auditório do Bloco II, ao sorteio da ordem dos candidatos para inclusão do nome na cédula única de votação.

TÍTULO V

DA PROPAGANDA ELEITORAL E DOS DEBATES ENTRE OS CANDIDATOS

Art. 19. A propaganda eleitoral somente é permitida **após a homologação da inscrição do candidato.**

Art. 20. Além das normas citadas no art. 113 do Regimento Geral da UDESC, poderão, ainda, ser realizados debates entre candidatos homologados, **até 03 (três) dias antes da votação**, devendo ser dirigido convite a todos os candidatos com a **antecedência mínima de 03 (três) dias.**

Art. 21. O pedido de autorização para a realização de debates deve ser encaminhado à Comissão Eleitoral, com **antecedência mínima de 03 (três) dias** úteis da realização do debate.

Art. 22. Nas dependências do Centro, a veiculação da propaganda eleitoral dos candidatos, fica limitada aos espaços definidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 23. É vedada a utilização de alto-falantes, amplificadores de som, ou quaisquer outros equipamentos sonoros no âmbito do CENTRO.

Art. 24. Não será permitida a veiculação de propaganda que atente quanto à honra, a moral e a dignidade dos candidatos, bem como ao conceito da Universidade.

Art. 25. Os candidatos, desde que dada ciência à Comissão Eleitoral, pode constituir comitê de propaganda, formado exclusivamente por docentes, técnicos universitários e discentes do CERES.

TÍTULO VI

DAS MESAS ELEITORAIS RECEPTORAS

Art. 26. Os trabalhos eleitorais serão procedidos por Mesas Eleitorais Receptoras constituídas por 01 (um) Presidente, 01 (um) Secretário, 02 (dois) Mesários e 01 (um) Suplente indicado pela Comissão Eleitoral.

Art. 27. Serão constituídas tantas Mesas Eleitorais Receptoras quantas forem necessárias, para receber os votos, separadamente, dos docentes, dos técnicos universitários e dos discentes.

Art. 28. Cada candidato poderá indicar, à Comissão Eleitoral, até 02 (dois) fiscais e respectivos suplentes, por mesa eleitoral, dentre os votantes, para acompanhar e fiscalizar os trabalhos eleitorais.

Art. 29. A indicação dos fiscais à Comissão Eleitoral deverá ocorrer por escrito e com **antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da votação.**

Art. 30. Ao Presidente da Mesa Eleitoral Receptora compete o exame do material usado no processo eleitoral, a adoção de providências que cada caso requeira e a condução do processo eleitoral.

Art. 31. Das decisões da Mesa Eleitoral Receptora cabe recurso, imediatamente, à Comissão Eleitoral que deliberará o pedido.

TÍTULO VII

205 *DA VOTAÇÃO*

206 *Art. 32. Não será permitido voto cumulativo, por procuração ou correspondência.*

207 *Art. 33. Caso o votante integre mais de um segmento do colégio eleitoral, aplica-*
208 *se o seguinte critério para o cômputo do voto:*

209 *I - Professor e Técnico Universitário vota como Professor;*

210 *II - Professor e Discente vota como Professor;*

211 *III - Professor, Técnico Universitário e Discente vota como Professor;*

212 *IV - Técnico Universitário e Discente vota como Técnico Universitário;*

213 *V- Discente e Discente vota na matrícula mais antiga.*

214 *Art. 34. A votação pela comunidade universitária será realizada no **dia 20 de***
215 ***março de 2019, em primeiro turno** e, se necessário, no **dia 11 de abril de 2019, em***
216 ***segundo turno**, no Auditório Bloco II do CERES, **das 09h às 16h**, ininterruptamente.*

217 *Art. 35. Cada votante se identificará por documento de identidade oficial com*
218 *foto, junto à Mesa Eleitoral Receptora, antes de assinar a lista de votantes.*

219 *Art. 36. A cédula de votação será única e rubricada pelo Presidente e por 02*
220 *(dois) Mesários da Mesa Eleitoral Receptora.*

221 *Art. 37. Encerrados os trabalhos de votação, a Mesa Eleitoral Receptora, de*
222 *imediato, lavrará a ata respectiva, devendo a mesma ser assinada por todos os integrantes da*
223 *Mesa e pelos fiscais presentes, e as urnas serão lacradas e devidamente rubricadas pelo*
224 *Presidente.*

225 *Art. 38. Na ata deve constar o número de votantes inscritos, o número dos que*
226 *não votaram (abstenções), as impugnações e as demais ocorrências julgadas pertinentes.*

227

228 *Art. 39. Concluídos os procedimentos referidos no item anterior, as urnas*
229 *deverão ser encaminhadas, imediatamente, à Comissão Eleitoral, à qual, por sua vez, deverá*
230 *inspecionar todo o material recebido e encaminhá-lo de pronto à Comissão Escrutinadora.*

231 **TÍTULO VIII**

232 **DA APURAÇÃO**

233 *Art. 40. A Comissão Escrutinadora será composta de 01 (um) docente, que*
234 *será o Presidente, 01 (um) técnico universitário, que será o Secretário, e 01 (um) discente.*

235 *Art. 41. A Comissão Escrutinadora escrutinará primeiramente a urna dos*
236 *discentes, em seguida a dos técnicos universitários e, por fim, a urna dos docentes.*

237 *Art. 42. A apuração terá caráter público e será realizada a partir das 16h*
238 *(dezesesseis horas) do dia da eleição.*

239 *Art. 43. Os votos em cédulas com emenda ou rasura serão considerados nulos.*

240 *Art. 44. Os protestos ou impugnações deverão ser fundamentados e*
241 *encaminhados, durante a apuração, à Comissão Eleitoral, que deliberará o pedido no ato.*

242 *Art. 45. Encerrada a apuração, será lavrada e assinada, pela Comissão*
243 *Escrutinadora, ata constando todos os dados do pleito, como o número total dos votantes*
244 *inscritos em cada uma das categorias do colégio eleitoral (docente técnico universitário e*
245 *discente); o número de votos obtidos por cada um dos candidatos, em cada uma das*
246 *categorias do colégio eleitoral e os votos brancos, nulos e faltantes de cada uma das*
247 *categorias do colégio eleitoral.*

248 *Art. 46. A Comissão Escrutinadora promoverá de imediato, após o término da*
249 *apuração dos votos, a entrega da ata e de todo o material eleitoral à Comissão Eleitoral.*

250 *Art. 47. A Comissão Eleitoral, de posse das atas e relatórios referentes ao*
251 *processo eleitoral, fará o seu relatório, encaminhando-o em 24 (vinte e quatro) horas, ao*
252 *Presidente do Conselho de Centro para as providências que se fizerem necessária.*

253 *Art. 48. O resultado da votação será calculado, seguindo o que determina o art.*
254 *74 do Estatuto da UDESC.*

255 *Art. 49. O resultado das apurações será expresso até a quarta casa decimal,*
256 *desprezando-se as demais.*

257 **TÍTULO IX**

258 **DA HOMOLOGAÇÃO DOS ELEITOS**

259 *Art. 50. Concluídos os trabalhos referentes ao processo eleitoral, a Comissão*
260 *Eleitoral, à vista dos resultados, publicará o resultado das apurações e o nome do candidato*
261 *eleito para Diretor Geral **no prazo de 01 (um) dia útil após o encerramento da eleição.***

262 *Art. 51. Procedida à publicação do resultado final, a Comissão Eleitoral*
263 *providenciará a lavratura da respectiva ata com relatório circunstanciado do processo eleitoral*
264 *e encaminhará todo o material eleitoral ao Diretor Geral do CERES, para submissão à*
265 *homologação do Conselho de Centro.*

266 **TÍTULO X**

267 **DO MANDATO**

268 *Art. 52. O Diretor eleito será nomeado e empossado em conformidade com o*
269 *previsto no Art. 75 do Estatuto da UDESC.*

270 **TÍTULO XI**

271 **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

272 *Art. 53. Além das normas do presente Edital, deverá também ser observado o*
273 *que dispõe o Estatuto da UDESC, bem como seu Regimento Geral.*

274 *Art. 54. As normas do presente Edital são subsidiadas pelo Estatuto e*
275 *Regimento Geral da UDESC.*

276 *Art. 55. É vedada a inscrição de candidato à reeleição para o mesmo cargo.*

277 *Art. 56. Nenhum candidato poderá ser membro de Comissão Eleitoral, Mesa*
278 *Eleitoral Receptora ou Comissão Escrutinadora.*

279 *Art. 57. No dia da votação não será permitida a propaganda eleitoral no recinto*
280 *das Mesas Eleitorais Receptoras, sendo permitido aos votantes, exceto Comissão Eleitoral,*
281 *Mesas Eleitorais Receptoras e Comissão Escrutinadora, o uso de camisetas de campanha ou*
282 *adereços de campanha.*

Art. 58. No dia da votação todos os integrantes da Comissão Eleitoral, Mesas Eleitorais Receptoras, Comissão Escrutinadora e Fiscais deverão estar devidamente identificados com crachá contendo o respectivo nome e a função no processo eleitoral.

Art. 59. No dia da votação não haverá suspensão das aulas.

Art. 60. Os procedimentos do processo eleitoral obedecerão no que couber, à legislação eleitoral brasileira.

Art. 61. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, cabendo recurso ao Conselho de Centro.

Art. 62. É vedada, após a homologação do candidato, a substituição do concorrente ao cargo de Diretor Geral do CERES, em quaisquer turnos de eleição, exceto em caso de morte.

Laguna, 18 de dezembro de 2018.

Prof. Carlos André da Veiga Lima Rosa
Presidente do Conselho de Centro

Item 02) Interessada: Universidade do Estado de Santa Catarina; assunto: Definição da Comissão Eleitoral responsável pelo processo de eleição para Diretor Geral do Centro de Educação Superior da Região Sul – CERES. O Conselho de Centro definiu os seguintes membros para formarem a comissão ficou para organizar e operacionalizar a eleição: Professor Alberto Lohmann, Presidente da Comissão, Professora Adriana Fabre Dias, membro, Professora Micheli Cristina Thomas, membro, Professor Jorge Luiz Rodrigues Filho, membro, Professor Eduardo Guilherme Gentil de Farias, membro, Técnica Universitária Ana Elise Cardoso Inácio, secretária da comissão, e Acadêmica Elisa Muller Rosa, membro. Encerrada a ordem do dia, o senhor Presidente abriu as inscrições para o item **04) Comunicações Pessoais:** Não houve manifestações. O senhor Presidente então declarou encerrada a reunião às quinze horas e trinta e cinco minutos, da qual eu, Michel Martins, secretário do Conselho de Centro, lavei e assinei a presente ata que, após ser aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e demais conselheiros presentes. Laguna, aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito.

Carlos André da V. Lima Rosa

Pedro Volkmer de Castilho

Alberto Lohmann

Presidente


Giovanni Lemos de Mello

Daniel Pedro Willemann

Conselheiros


Douglas E. D. H. Junior (T)

Gabriela Morais Pereira (S)

Conselheiros


Jader Afonso Savi Mondo (T)

Rosiléia Marinho de Quadros

(S)

Conselheiro


Manoel Olavo R. R. e Souza (T)

Eduardo Nacif Carneiro (S)

Conselheiro

Conselheiro

Alice de Oliveira Viana

Gabriela Morais Pereira

Conselheiros


Micheli Cristina Thomas (T)

Cristian Berto da Silveira (S)

Conselheiros


Ana Elise Cardoso Inácio (T)

Milla Lima Faust (S)

Conselheiros


Michel Martins

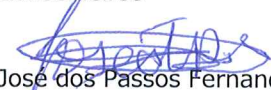
Secretário

Conselheiro


Adriana Fabre Dias (T)

Renata Rogowski Pozzo (S)

Conselheiros


Jose dos Passos Fernandes (T)

Jorge Luiz Rodrigues Filho (S)

Conselheiro

Sofia do Carmo Dozól (T)

Elisa Muller Rosa (S)

Conselheiros